RODRIGO ARAUJO GABARDO

**A EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE
ARBITRAGEM: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DE SUA
NATUREZA JURÍDICA**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. José Augusto Fontoura Costa

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2019**

RODRIGO ARAUJO GABARDO

**A Existência, Validade e Eficácia da Convenção de Arbitragem: uma
contribuição para o estudo de sua natureza jurídica**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração do Direito Internacional, sob a orientação do Professor Associado Dr. José Augusto Fontoura Costa

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2019**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data: 18/01/2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Gabardo, Rodrigo Araujo

A Existência, Validade e Eficácia da Convenção de Arbitragem:
uma contribuição para o estudo de sua natureza jurídica/

Rodrigo Araujo Gabardo - São Paulo, 2019.

198 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito
Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2019.

Orientador: Prof. Dr. Associado José Augusto Fontoura Costa

1. Arbitragem. 2. Convenção de Arbitragem. 3. Direito de Acesso
ao Árbitro. 4. Existência. 5. Validade. 6. Eficácia. I. Fontoura Costa,
José Augusto, orient. II. Título.

Nome: GABARDO, Rodrigo Araujo

Título: A Existência, Validade e Eficácia da Convenção de Arbitragem: uma contribuição para o estudo de sua natureza jurídica

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração do Direito Internacional.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Lucas, minha força. Paola, meu coração. Sacrifícios momentâneos para recompensas duradouras. Tudo é para vocês. Papai os ama.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, a Camila. Foi ela quem dedicou inúmeros dias e noites nessa empreitada. O fez, cuidando com atenção e carinho de nossos pequenos. Sem sua dedicação e apoio incondicional, nada aconteceria. Este trabalho também é seu.

Agradeço ao professor José Augusto Fontoura Costa pela confiança e sempre pronto apoio.

Agradeço ao avô Belmiro, alfaiate, ao avô Nerinho, fiscal, ao pai Dalton, pelos exemplos de vida.

Agradeço a avós Regina e Selba, pelo apoio fundamental com as crianças.

Agradeço ao João Bosco Lee por me apresentar o fascinante mundo da arbitragem, ser um mentor e um amigo nesses últimos 15 anos.

A todos também dedico esse trabalho.

RESUMO

Rodrigo ARAUJO GABARDO. A Existência, Validade e Eficácia da Convenção de Arbitragem: uma contribuição para o estudo de sua natureza jurídica. 198 p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A arbitragem é um mecanismo convencional de solução de controvérsias que depende da formação de um negócio jurídico, denominado convenção de arbitragem, ou de um conjunto de relações jurídicas que também englobam o contrato de árbitro e o contrato de organização da arbitragem. O direito subjetivo de ação não se confunde com o direito material. A Constituição Federal reconhece um direito subjetivo de ação (acesso à justiça) e uma autonomia para o exercício fora da jurisdição estatal. A convenção de arbitragem é o alicerce jurídico fundamental da arbitragem. Por meio dela, as partes modelam o direito constitucional de ação - seu verdadeiro objeto – para adequar à sua concepção de acesso à justiça. O fazem por meio de um instrumento de direito material - o negócio jurídico - com conteúdo processual – o direito subjetivo de ação, constituindo um direito processual de acesso ao árbitro. Seus efeitos materiais/processuais, de um lado positivo, impõem a uma obrigação de fazer as partes e constituem a base da missão jurisdicional do árbitro. De outro lado, obrigam o Estado a se abster da apreciação de demandas submetidas à convenção de arbitragem. Por sua gênese e por seus efeitos, a convenção de arbitragem possui natureza mista que repercute na análise dos requisitos de existência, validade e eficácia.

Palavras-Chave: Arbitragem; Convenção de Arbitragem; Existência; Validade; Eficácia.

ABSTRACT

Rodrigo ARAUJO GABARDO. The Requirements of Existence, Validity and Effectiveness of the Arbitration Agreement: a contribution to study of its legal nature. 198 p. Doctoral degree – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

Arbitration is a contractual dispute settlement mechanism that depends on a set of legal relationships, including the arbitration agreement, arbitrator agreement and the agreement to organize the arbitration. The right of action is a part of the substantive rights. The Federal Constitution recognizes a right of action (access to justice) and an autonomy for the exercise it out of the state jurisdiction. The arbitration agreement is the fundamental legal basis of arbitration. Through it, the parties shape the constitutional right of action - its object - to fit its conception of access to justice. The arbitration agreement creates constituting a right of access to the arbitrator. Its material / procedural effects impose an obligation to the parties and creates the basis of the arbitrator's judicial powers. On the other hand, the State is forbidden to judge claims submitted to the arbitration agreement. Due to its genesis and its effects, the arbitration agreement has a mixed legal nature reflecting the analysis of the requirements of existence, validity and effectiveness.

Keywords: Arbitration; Arbitration Agreement; Existence; Validity; Effectiveness.

RÉSUMÉ

Rodrigo ARAUJO GABARDO. Les conditions d'existence, validité et d'efficacité de la convention d'arbitrage : une contribution à l'étude de son nature juridique. 198 p. Thèse – Faculté de Droit de l'Université de São Paulo, São Paulo, 2019.

L'arbitrage est un mécanisme conventionnel de règlement des litiges qui repose sur la formation d'une convention d'arbitrage, ou d'un ensemble de relations juridiques qui englobe également le contrat d'arbitre et le contrat d'organisation d'arbitrage. Le droit d'action en justice ne se confond pas avec le droit matériel. La Constitution Fédérale reconnaît un droit d'action en justice (accès à la justice) et d'une autonomie pour l'exercice en dehors de la juridiction de l'État. La convention d'arbitrage est la base juridique fondamentale de l'arbitrage. Par cette convention, les parties adaptent sa conception de l'accès à la justice. La convention d'arbitrage a un instrument de droit matériel et contenue de droit subjectif d'action, constituant un droit procédural d'accès à l'arbitre. Leurs effets matériels / procéduraux, du côté positif, imposent une obligation de faire et constituent le fondement de la mission judiciaire de l'arbitre. En revanche, ils obligent l'État à s'abstenir de l'évaluation des droits soumises à la convention d'arbitrage. La convention d'arbitrage a une nature juridique mixte qui a des répercussions sur l'analyse des conditions d'existence, de validité et d'efficacité.

Mots-clés : Arbitrage ; Convention d'arbitrage ; Existence ; Validité ; Effets.

ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CCI	Câmara de Comércio Internacional
Código Civil	Lei n. e alterações
Código de Processo Civil	Lei n. e alterações
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ed.	edição
Lei de Arbitragem	Lei n. 9.307/1996 com alterações promovidas pela Lei n. 13.129/2015
n.	número
p.	página
SEC	Sentença Estrangeira Contestada
vol.	volume

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	25
2. BREVE HISTÓRICO DA ARBITRAGEM NO BRASIL	27
2.1. O PERÍODO DAS ORDENAÇÕES	27
2.2. O PERÍODO IMPERIAL	28
2.3. O PERÍODO REPUBLICANO	32
2.4. O PERÍODO RECENTE.....	35
2.5. O NOVO REGIME DA ARBITRAGEM	37
3. A ARBITRAGEM COMO RESULTADO DE UM CONJUNTO DE RELAÇÕES JURÍDICAS.....	39
3.1. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	40
3.2. O CONTRATO DE ÁRBITRO	41
3.2.1. A existência do contrato de árbitro.....	41
3.2.2. A natureza do contrato de árbitro.....	43
3.2.3. A existência do contrato de árbitro reforçada pela autonomia da convenção de arbitragem em face do contrato de árbitro	46
3.2.4. A vinculação do contrato de árbitro em face da convenção de arbitragem.....	50
3.2.5. O termo de arbitragem como adendo à convenção de arbitragem	51
3.3. O CONTRATO DE ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM	53
3.3.1. A existência do contrato de organização da arbitragem	53
3.3.2. A autonomia da convenção de arbitragem em face do contrato de organização de arbitragem.....	57
4. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E SUA NATUREZA JURÍDICA	59
4.1. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NOS TRATADOS INTERNACIONAIS	59
4.1.1. A Convenção de Nova Iorque	59
4.2. A NATUREZA JURÍDICA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO DIREITO ESTRANGEIRO	61
4.2.1. No direito francês.....	61
4.2.2. No direito português.....	62
4.2.3. No direito americano	62
4.3. A NATUREZA JURÍDICA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO DIREITO BRASILEIRO	63
4.3.1. A natureza jurídica da arbitragem	63
4.3.2. A natureza jurídica da convenção de arbitragem.....	65

4.3.2.1. A teoria do negócio jurídico.....	66
4.3.2.2. A convenção de arbitragem como negócio jurídico	68
4.3.3. A importância da definição da natureza jurídica da convenção de arbitragem.....	70
4.4. O ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	72
4.4.1. A convenção de arbitragem como negócio jurídico “material”	72
4.4.2. A cláusula compromissória como negócio jurídico processual	75
4.4.2.1. O negócio jurídico processual como consequência do efeito processual	75
4.4.2.2. O negócio jurídico processual como consequência da norma jurídica incidente sobre o suporte fático	76
4.4.2.3. O negócio jurídico processual como consequência da organização da jurisdição privada	77
4.4.2.4. O negócio jurídico processual como consequência de seu objeto.....	78
4.4.3. A convenção de arbitragem como negócio jurídico misto	79
4.5. A NATUREZA JURÍDICA MISTA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM - JUSTIFICATIVAS	80
4.5.1. A investigação da gênese da convenção de arbitragem.....	82
4.5.1.1. O conteúdo da convenção de arbitragem	82
4.5.1.2. O objeto da convenção de arbitragem	84
4.5.1.2.1. O direito material como objeto da convenção de arbitragem.....	85
4.5.1.2.2. A análise do objeto da convenção de arbitragem repercute numa natureza mista.	97
4.5.2. A análise do conteúdo eficaz da convenção de arbitragem	98
4.5.2.1. O Direito de Acesso ao Árbitro – como elemento atributivo do caráter material da convenção de arbitragem.....	98
4.5.2.2. Os efeitos da convenção de arbitragem.....	101
4.5.2.2.1. O efeito positivo da convenção de arbitragem	102
4.5.2.2.2. O Efeito Negativo da Convenção de Arbitragem.....	108
4.5. CONCLUSÃO DA SEGUNDA PARTE	109
5. A EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	111
5.1. A EXISTÊNCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	112
5.1.1. Os elementos gerais	112
5.1.1.1. Os elementos gerais intrínsecos.....	113
5.1.1.1.1. A forma	113
5.1.1.1.2. O Objeto.....	113
5.1.1.1.3. As circunstâncias negociais	113
5.1.1.2. Os elementos gerais extrínsecos.....	114
5.1.1.2.1. O agente	114
5.1.1.2.2. O tempo e lugar	114

5.1.1.3. Os elementos categoriais da convenção de arbitragem	115
5.1.1.3.1. A caracterização da arbitragem	116
5.1.1.3.4. Os elementos categoriais próprios.....	122
5.2. A VALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	124
5.2.1. O agente capaz de celebrar a convenção de arbitragem.....	124
5.2.2. O objeto da convenção de arbitragem	129
5.2.2.1. Licitude.....	129
5.2.2.2. Possibilidade.....	132
5.2.2.3. Determinação.....	133
5.2.3. A forma da convenção de arbitragem	135
5.3. A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	142
5.3.1. A natureza condicional da cláusula compromissória.....	143
5.3.2. A eficácia imediata da cláusula compromissória.....	144
5.3.2. O princípio do “ <i>pas de nullité sans grief</i> ”	146
6. CONCLUSÃO.....	149
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXO A - Lei de Arbitragem	183

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A arbitragem é, antes de tudo, um mecanismo para a obtenção da justiça.

Na sua origem, possuía um conceito simples. Indivíduos, incapazes de solucionar uma disputa por consenso, concordavam em se submeter ao julgamento de um terceiro particular, cuja experiência ou discernimento ambas confiavam. Em razão dos atributos reconhecidos a esse terceiro e da confiança em um resultado justo, a decisão vinculava os litigantes naturalmente.

A história da arbitragem, como o próprio desenvolvimento do conceito de justiça, confunde-se com a história da humanidade.

O conceito simples, inerente ao convívio social, teve em Roma a sua institucionalização. Isso ocorreu de tal modo que um ilustre arbitralista francês afirma que “*após o Digesto de Justiano, todo o direito da arbitragem não foi mais que reeditos*”.

A efetivação da justiça, ferramenta essencial para a manutenção da paz social, foi em muitas sociedades atrelada ao poder centralizador. Reis, imperadores e governantes centralizaram o poder de “fazer a justiça”, como forma de controle social. Assim, a arbitragem hibernou, como mecanismo efetivo de solução de controvérsias privadas, por séculos.

Com o surgimento dos Estados-Modernos e, em especial, o reconhecimento ampliado das liberdades individuais, a arbitragem ressurgiu como ferramenta de acesso à justiça.

Atualmente, a arbitragem é entendida como o mecanismo consensual de solução de controvérsias pelo qual as partes convencionam submeter certas pretensões ao julgamento de particulares - os árbitros - por meio da celebração de um acordo prévio, a chamada convenção de arbitragem.

Assim, a convenção de arbitragem é a origem, a pedra fundamental da arbitragem¹. Não havendo tema mais estudado pelo direito arbitral do que ela.

No Brasil, recentemente, um debate histórico teve sua importância ressuscitada pela doutrina: a natureza jurídica da convenção de arbitragem.

¹ BLACKABY, Nigel; PARTASIDES, Constantine; REDFERN, Alan; HUNTER, Martin. **Redfern and Hunter on International Arbitration**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 71.

A aprovação do novo Código de Processo Civil, em 2015, ampliou as hipóteses de celebração de negócios jurídicos processuais.

Arelado aos debates doutrinários sobre os efeitos, em especial, do artigo 190 do novo Código de Processo Civil, questionamentos surgiram sobre o enquadramento da convenção de arbitragem como negócio jurídico processual. Repercutindo em reações daqueles que defendem a natureza material da convenção de arbitragem.

Esse debate, por muitas vezes, fundou-se em entendimentos clássicos sobre a natureza do negócio jurídico e princípios aplicáveis à teoria geral de processo. Abstendo-se da análise da gênese própria da convenção de arbitragem e da arbitragem.

Para tanto, no intuito de colaborar com o debate atual, a presente pesquisa terá por objeto o estudo da convenção de arbitragem.

Na primeira parte será demonstrado que a arbitragem advém de um conjunto de relações jurídicas, dentre as quais, a principal é a convenção de arbitragem.

Na segunda parte, investigar-se-á a natureza jurídica da convenção de arbitragem, com a apresentação da posição doutrinária corrente no Brasil e o entendimento deste doutorando, a partir da análise da gênese e dos efeitos da convenção de arbitragem.

Nesse ponto, a natureza mista da arbitragem, de origem contratual e eficácia jurisdicional, sugere que a natureza jurídica da convenção de arbitragem seja híbrida.

Desse modo, o objetivo será confirmar se, de fato, a natureza jurídica da convenção de arbitragem apresenta um caráter híbrido ou misto.

Definido o entendimento sobre a natureza jurídica da arbitragem, a terceira parte do trabalho será dedicada para a análise das consequências da natureza jurídica da arbitragem na definição de sua existência, validade e eficácia.

Enfim, em linhas gerais, é o que se propõe.

6. CONCLUSÃO

A arbitragem é um mecanismo convencional de solução de controvérsias que depende da formação de um conjunto de relações jurídicas.

A convenção de arbitragem é a primeira delas. Trata-se de um acordo de vontades, pelo qual as partes, atualmente ou em tese, litigantes decidem submeter à arbitragem todos ou alguns dos litígios surgidos entre elas com respeito a uma determinada relação jurídica contratual ou não. A convenção é um pacto exclusivo das partes e dela os árbitros não participam. No direito brasileiro, a convenção de arbitragem apresenta duas espécies: a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

A segunda relação jurídica envolve, de um lado, o(s) árbitro(s), e de outro lado, as partes litigantes. O contrato de árbitro tem por objeto o exercício da “missão arbitral” pelo árbitro escolhido, ou seja, a condução do procedimento arbitral de forma regular até o proferimento da sentença arbitral. Portanto, seu objeto não se confunde com aquele da convenção de arbitragem.

A convenção de arbitragem constitui a missão jurisdicional em potencial ao árbitro, delimitando seus aspectos subjetivos e materiais. O contrato de árbitro, por sua vez, repercute na investidura, ao árbitro escolhido, dos poderes jurisdicionais necessários para solucionar um determinado litígio em específico.

A existência do contrato de árbitro depende da existência da convenção de arbitragem. A recíproca não é verdadeira, ressalvada as hipóteses de atribuição de condição *intuito personae* ao árbitro.

A terceira relação jurídica é o contrato de organização de arbitragem firmado entre as partes litigantes e a instituição de arbitragem responsável pela administração do procedimento. Trata-se de um contrato firmado, normalmente, entre ausentes, ante a apresentação de uma oferta geral da instituição arbitral e posterior comunicação da aceitação das partes inserida na convenção de arbitragem.

Analisando regulamentos de arbitragem propostos por algumas instituições, verificou-se um comportamento padrão: o início da prestação dos serviços de organização de arbitragem ocorre quando do recebimento da comunicação feita por uma das partes litigantes de sua intenção em realizar uma arbitragem. Por

consequência, conclui-se pela aplicação da teoria da informação para determinar o momento de formação do contrato de organização de arbitragem.

Definidos os limites das relações jurídicas que compõem a arbitragem, a natureza jurídica da convenção de arbitragem foi analisada.

Os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, por conta da sua própria natureza, não contribuem para a definição da natureza jurídica da convenção de arbitragem, remetendo a análise ao plano puramente interno.

A doutrina nacional é uníssona em afirmar que a convenção de arbitragem é um negócio jurídico, superando os debates sobre natureza de pacto in compromitendo da cláusula compromissória. Por outro lado, divide-se em três correntes, no tocante a classificação de sua natureza jurídica.

Analisando-se as correntes materialistas, processualistas e mistas, percebe-se que, de um modo geral, todas reconhecem uma origem material (negócio jurídico) e um efeito processual (jurisdição) à convenção de arbitragem. Sendo que a diferente classificação é dada, na essência, por critérios diversos de classificação.

No entanto, as justificativas não se mostraram satisfatórias. E uma investigação sobre a gênese e os efeitos da convenção de arbitragem foi realizada para identificar outros argumentos que pudessem contribuir para o debate em torno da natureza jurídica da convenção de arbitragem.

Como hipótese, assumiu-se que a natureza jurídica da convenção de arbitragem seria mista.

Como critério, aplicou-se a identificação da norma jurídica material ou processual sobre a gênese e a eficácia da convenção de arbitragem, conforme proposto por Marcos Bernardes de Mello.

A unanimidade em considera a convenção de arbitragem como negócio jurídico e, portanto, com viés inegável de direito material, fez com que o foco da análise da gênese da convenção de arbitragem fosse dirigido ao seu objeto.

A investigação da gênese permitiu concluir que o objeto da convenção de arbitragem não é o direito subjetivo material (patrimonial disponível) que será submetida à arbitragem. Não se permitindo comparar a convenção de arbitragem com a transação, como sugerido por alguns contrerrâneos.

Conclui-se ainda que a convenção de arbitragem tem por objeto o direito subjetivo de ação (ou de acesso à justiça) reconhecido constitucionalmente, o qual

tem existência autônoma em face do direito material subjetivo. O histórico do desenvolvimento doutrinário apresentado comprova tal afirmação.

A Constituição Federal e, mais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecem um direito fundamental de acesso à justiça, em plena igualdade, por um tribunal independente e imparcial. Direito esse de natureza subjetiva e abstrata reconhecido a todas as pessoas físicas ou jurídicas.

Ao não vetar, na disposição do artigo 5º, XXXV, a Constituição Federal autorizou que o exercício do direito subjetivo de acesso à justiça fosse instrumentalizado por via da arbitragem.

Por representar uma renúncia à jurisdição estatal, a opção pelo juízo arbitral deve ser restrita a uma relação jurídica específica, firmada por meio da convenção de arbitragem.

Desse modo, conclui-se que o objeto da convenção de arbitragem é o direito subjetivo de ação das partes (de natureza processual). Assim, com base na autonomia privada (de natureza material), as partes comprometem-se a exercer seu direito subjetivo de ação exclusivamente na arbitragem, renunciando o direito de fazê-lo perante a jurisdição estatal.

Portanto, sob a ótica de sua gênese, a convenção de arbitragem apresenta uma natureza dupla (processual e material), ou seja, mista.

Movendo o enfoque para os efeitos da convenção de arbitragem, a conclusão foi a mesma.

Ao celebrar a convenção de arbitragem, as partes modelam seu direito subjetivo de ação para constituir, assim, um direito de acesso ao árbitro. Ao fazê-lo, incorporam ao conceito de “ordem jurídica justa”, os princípios e regras inerentes à “ordem jurídica arbitral” ou ao “sistema jurídico arbitral”, como propõe Eduardo de Albuquerque Parente.

A constituição do direito de acesso ao árbitro repercute admitir a incidência de normas jurídicas de direito material, na forma proposta por Marcos Bernardes de Mello. Da mesma forma ocorre quando observado o efeito positivo da convenção de arbitragem na relação jurídica das partes, obrigando-as a submeter seus litígios à arbitragem.

Ao fim, então, da segunda parte do trabalho, pode-se confirmar a tese de que a natureza jurídica da convenção de arbitragem é de natureza mista (material e processual).

A terceira parte do trabalho foi dedicada a análise dos requisitos de existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem. Sendo a análise feita com base na teoria tricotômica de Antonio Junqueira de Azevedo.

No plano da existência, aplicam-se os elementos gerais intrínsecos e extrínsecos característicos a todo negócio jurídico, seja ele material, processual ou misto. Sendo a declaração de vontade por submeter pretensões à arbitragem, o elemento categorial da convenção de arbitragem.

Nesse aspecto, entende-se comprovado que a diferenciação entre a arbitragem e outros mecanismos de solução de diferenças (em especial o arbitramento) não pode ser apreciada exclusivamente por um critério, mas por um feixe de critérios como sugerido por Charles Jarrosson.

Para a cláusula compromissória, identificou-se dois elementos categorias próprios: o primeiro é a referência a submissão de litígios futuros à arbitragem e o segundo é a delimitação dos litígios advindos de uma relação jurídica contratual.

Para o compromisso arbitral, o elemento categorial é a submissão de um litígio certo e existente à arbitragem.

No plano da validade, o entendimento de que a legislação de arbitragem exige uma capacidade jurídica de ação mostrou-se acertada, inobstante o objeto da convenção arbitral ser de natureza processual. No tocante ao objeto (leia-se conteúdo), a sua licitude deve ser analisada também sob o plano da conformação com os princípios constitucionais do processo, ante a natureza mista da convenção de arbitragem. A possibilidade do objeto deve ser analisada, sob a égide da diferenciação dos efeitos para a impossibilidade absoluta ou relativa. Com relação a determinação do conteúdo da convenção de arbitragem, duas questões devem ser consideradas. O objeto da convenção de arbitragem é o direito de acesso à justiça e, portanto, sua modelação é feita para alcançar “*uma ordem jurídica justa*”. Assim, a integralidade dessas disposições compõe o campo a ser delimitado pelas partes na convenção de arbitragem; e não tão somente os requisitos necessários para a instauração da arbitragem. Por outro lado, a submissão à arbitragem e a renúncia à jurisdição estatal não podem ocorrer em abstrato, de modo que, o conteúdo da

convenção de arbitragem deve limitar-se a uma ou determinadas relações jurídicas específicas.

Quanto a forma, é inequívoca a necessária distinção entre a estipulação da cláusula compromissória por escrito e a manifestação do consentimento, permitindo-se reconhecer que a declaração de vontade por arbitrar por ser obtida expressa, implícita ou tacitamente.

No terceiro plano de análise do negócio jurídico, o plano da eficácia, divergiu-se sobre o entendimento corrente de que a cláusula compromissória é negócio jurídico condicional. O exercício do direito de acesso ao árbitro, como todo direito de ação, depende da existência de um interesse de agir, representado pela lesão ou ameaça a direito subjetivo material; contudo, não necessariamente há que se ter um litígio. Outrossim, o eventual desaparecimento do litígio – no sentido de pretensão jurídica resistida - no curso da arbitragem não repercute em extinção da missão jurisdicional do árbitro.

Ao fim, o presente estudo confirma a premissa trazida na primeira frase desta trabalho: a arbitragem é, antes de tudo, um mecanismo para a obtenção da justiça.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**.

ANCEL, Bertrand. O controle da validade da convenção de arbitragem: o efeito negativo da “competência-competência”. **Revista Brasileira de Arbitragem**, n. 6. São Paulo: IOB, 2005.

ANDRADE, Gustavo Fernandes de. Arbitragem e administração pública: da hostilidade à gradual aceitação. In: CAMPOS MELO, Leonardo; BENEDUZI, Renato Resende (coord.). **A Reforma da Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Convenção de Arbitragem: Conteúdo e efeitos**. Intervenções – I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. Coimbra: Almedina, 2007.

ALMEIDA, Ricardo Ramalho (Coord.), **Arbitragem interna e internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. Cláusula compromissória: aspectos contratuais. **Revista do Advogado**, Ano XXXI, n. 116, São Paulo: AASP, 2012.

ARRUDA ALVIM, José Manuel de. Cláusula Compromissória arbitral – efeitos. **Revista de Processo**, ano 26, n.101, São Paulo: RT, 2001.

Arruda Alvim. “Sobre a natureza jurisdicional da arbitragem”, (Francisco José Cahali et ali coord.) **Arbitragem – Estudos sobre a Lei n. 13.129, de 26-5-2015**, São Paulo: Saraiva, 2016.

ASCARELLI, Tullio. “O contrato plurilateral. In: ASCARELLI, Tullio, **Problemas das sociedades anônimas e direito comparado**. São Paulo, Saraiva, 1945.

ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. "Negócios Jurídicos materiais e processuais - existência, validade e eficácia - campo-invariável e campos dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. : in PASSO CABRAL, Antonio e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.) **Negócios Processuais**, 3 ed., Salvador: Editora Jus Podium, 2017.

AZEVEDO, Álvaro Villaça de. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. São Paulo: Atlas, 2002

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4 ed., 5 tir. São Paulo: Saraiva, 2007.

BALBINO, Inês. A arbitrabilidade do Direito Falimentar. LEMES, Selma Ferreira; BALBINO, Inês. **A Arbitragem** – Temas Contemporâneos. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

BARBI FILHO, Celso. Cumprimento Judicial da Cláusula Compromissória na Lei nº 9.307/96 e Outras Intervenções do Judiciário na Arbitragem Privada. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, out./dez., São Paulo: Malheiros, 1997.

BARBOSA, Rui. Questão Minas Werneck. **Obras completas de Rui Barbosa**, vol. XLV-1918, t. IV, Rio de Janeiro: MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

BARROCAS, Manoel Pereira. **Manual de Arbitragem**. Coimbra: Almedina, 2010.

BARROS, Vera Cecília Monteiro de. **Exceção de Ordem Pública na Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira no Brasil**, São Paulo: Quartier Latin, 2017.

BARROS MONTEIRO, Washington de; FRANÇA PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. **Curso de Direito Civil, Parte Geral**, vol. 1, 44 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**, São Paulo: Renovar, 2000.

BATISTA MARTINS, Pedro. **Apontamentos sobre a Lei de Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. Arbitragem através dos tempos. Obstáculos e preconceitos à sua implementação no Brasil. In: GARCEZ, José Maria Rossani (coord.). **A Arbitragem na Era da Globalização**, Rio de Janeiro: Forense, 1999

_____. Parecer: Poder Judiciário – Princípio da Autonomia da Cláusula Compromissória – Princípio da Competência-Competência – Convenção de Nova Iorque – Outorga de poderes para firmar cláusula compromissória – Determinação da lei aplicável ao conflito – Julgamento do Tribunal Arbitral. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 2, n. 7. São Paulo: RT, 2005.

_____. Artigo II (3) –Arbitrabilidade e as Ressalvas Constantes do Artigo II(3), da Convenção de Nova Iorque. WALD, Arnoldo; LEMES, Selma Ferreira. **Arbitragem Comercial Internacional: A Convenção de Nova Iorque e o Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Acesso à justiça. In: MARTINS, Pedro Batista; LEMES, Selma M. F.; CARMONA, Carlos Alberto. **Aspecto fundamentais da lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. Da Convenção de Arbitragem e seus efeitos. In: MARTINS, Pedro Batista; LEMES, Selma M. F.; CARMONA, Carlos Alberto (Coords.). **Aspecto fundamentais da lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BATISTA, Luiz Olavo; MAGALHÃES, José Carlos. **Arbitragem Comercial**, Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

BERALDO, Leonardo de Faria. **Curso de Arbitragem – nos termos da Lei nº 9.307/96**. São Paulo: Atlas, 2014.

BERNHEIM - VAN DE CASTEELE, Laure. **Les principes fondamentaux de l'arbitrage**. Bruxelles: Bruyant, 2012.

BETTI, Emilio. **Teoria Geral do Negócio Jurídico**. Coimbra: Coimbra Ed., 1969.

BEVILAQUA, Clóvis Parecer sobre o Protocolo de Genebra de 1923 - cláusulas de arbitramento comercial. **Revista de Mediação e Arbitragem**, n. 9, São Paulo: RT, 2006

BLACKABY, Nigel; PARTASIDES, Constantine; REDFERN, Alan; HUNTER, Martin. **Redfern and Hunter on International Arbitration**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BISHOP, R. DOAK; CORIELL, Wade D.; CAMPOS, Marcelo Medina. The 'Null and Void' Provision of the New York Convention. GAILLARD, Emmanuel; DI PIETRO, Domenico (ed.). **Enforcement of arbitration agreements and international awards - The New York Convention in Practice**. Londres, Reino Unido: Cameron May, 2008.

BOISSÉSSON, Matthieu. **Le droit français de l'arbitrage**. Paris: GLN JOLY, 1990.

BORN, Gary B. **International Commercial Arbitration**. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

BRAGHETTA, Adriana. Cláusula compromissória – autossuficiência da cláusula cheia. **Revista dos Tribunais**. v. 91, n. 800. São Paulo: RT, 2002.

BRAGHETTA, Adriana. Cláusula compromissória - contrato não assinado – participação no procedimento arbitral – SEC 856 – STJ. **Revista Brasileira de Arbitragem**, v. 7, Porto Alegre : Síntese, 2005.

BUERES, Alberto J. **Objecto del Negocio Juridico**, 2 ed., Buenos Aires: Hammulabi, 1989.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. vol. 1, São Paulo: Saraiva, 2007.

CADIET, Loic. La qualification juridique des accords processuels : in PASSO CABRAL, Antonio e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.) **Negócios Processuais**, 3 ed., Salvador, Editora Jus Podium, 2017.

CADIET, Loic. **Droit Judiciaire Privé**, 10 ed., Paris : LexisNexis, 2017

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**, 5 ed., São Paulo: RT, 2015.

CAMBI, Eduardo. **Direito Constitucional à Prova no Processo Civil**, São Paulo: RT, 2001.

CAIVANO, Roque J. **Arbitraje – su Eficacia como Sistema Alternativo de Resolución de Conflictos**. Buenos Aires: Ad Hoc, 1992.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem – Lei nº. 9.307/96**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CÂMARA, Alexandre Freitas Câmara. **O Novo Processo Civil Brasileiro**, 4 ed. São Paulo, Atlas, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Access to Justice – A world Survey**, vol. I, livro I, Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1978.

CAPPELLETTI, Mauro. Os meios alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à Justiça. **Revista Forense**, v. 326, Rio de Janeiro: 1994.

CARAMELO, António Sampaio. A “Autonomia” da Cláusula Compromissória e a Competência do Tribunal Arbitral. In: **Temas de Direito da Arbitragem**, Coimbra: Coimbra ed., 2013.

CARDUCCI, Guido Carducci. The Arbitration Reform in France: Domestic and International Arbitration Law. **Arbitration International**. vol.28, issue 1. La Haye: Kluwer Law International, 2012.

CARIOTA FERRARA, Luigi. **El negocio jurídico**, Aguiar, 1957.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____.A Arbitragem no Brasil: Em busca de uma nova lei. In: WALD, Arnaldo (Coord.) **Doutrinas Essenciais – Arbitragem e Mediação**. São Paulo: RT, 2014.

_____.*Em torno do árbitro*. **Revista de Arbitragem e Mediação**, n.28, São Paulo: RT, 2011.

CARNELUTTI, Francesco. Lite et funzione processuale, Rivista di diritto processuale e civile, 1928, p. 28, *apud* JARROSSON, Charles. **La notion d’arbitrage**, Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1987.

CARNELUTTI, Francesco. Arbitri e arbitratori, **Rivista di diritto processuale e civile**, 1924.

CARREIRA ALVIM, José Eduardo. **Tratado Geral da Arbitragem**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

_____. **Comentários a Lei de Arbitragem**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. Tradução de Paolo Capitanio. 3 ed., Campinas: Bookseller, 2002.

CLAY, Thomas. **L'Arbitre**. Paris: Dalloz, 2001.

_____. L'application perlée du règlement d'arbitrage pour la contestation des liens entre arbitre et conseil. **Journal of International Arbitration**. The Netherlands: Kluwer Law International, 2011.

_____. La Convention de New York vue par la Doctrine Française. **ASA Bulletin**, n. 27, La Haye: Kluwer Law International.

_____. L'efficacité de l'arbitrage. **Les Petites Affiches**. n. 197. Paris: Lextenso Editions, 2003.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Acesso alle corti e garanzie costituzionali. YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide (coord.). **Estudos em homenagem à professora Ada Pelegrini Grinover**. São Paulo: DPJ Editora, 2005.

CORNU, Gerard e FOYER, Jean. **Le Procédure Civil**, 3 ed., Paris : Presses Universitaires de France, 1996.

COSSIO, Francisco González de. La naturaleza Jurídica del Arbitraje: un Ejercicio de Balanceo Químico. **Revista Brasileira de Arbitragem**, n. 16, São Paulo: IOB, 2007.

_____. El principio compétence-competence revisitado. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 2007, n. 13, São Paulo: RT, 2007.

COSTA, José Augusto Fontoura. Sobre Corvos e Ornitorrincos: Arbitragem Estrangeira e Internacional no Direito Brasileiro. **Revista Brasileira de Arbitragem**. n. 29. São Paulo: IOB, 2011.

COSTA, José Augusto Fontoura; TUSA, Gabriela. Expectativa e Âmbito de Aplicação da Nova Lei de Arbitragem. In: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). **Arbitragem: a nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional**, São Paulo: LTr, 1996.

COUTO E SILVA, Clóvis. **Comentários ao CPC**, vol. XI, t. I, 1981, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

COUTURE, Eduardo. **Fundamentos del derecho procesal civil**, 17 ed., Buenos Aires: Roque Depalma, 1959.

CRAIG, W. Laurence; PARK, William W. Park: PAULSSON, Jan. **International Chamber of Commerce Arbitration**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DA FONSECA, Rodrigo Garcia. O princípio da competência-competência na arbitragem – uma perspectiva brasileira. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 3, n. 9. São Paulo: RT, 2006.

DAVID, René. **L'arbitrage dans le commerce international**. Paris: Economica, 1982.

DE ASSIS, Araken; DE ANDRADE, Ronaldo Alves; PESSOA ALVES, Francisco Glauber. **Comentários ao Código Civil – Do Direito das Obrigações**, vol. V, Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DE OLIVEIRA, Eduardo. **Comentários ao Novo Código Civil**, vol. 2, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DEFFAINS, Bruno e DESRIEUX, Claudine. Les Enjeux Economiques du Financement des Contentieux Par Des Tiers. In: KESSEDJIAN, Catherine (dir.). **Le financement de contentieux par un tiers/ Third Party Funding**. Paris: LGDJ/Panthéon Assas, 2012.

DERAINS, Yves; Derains ; Eric A. Schwartz. **A Guide to the New ICC Rules of Arbitration**. La Haye: Kluwer Law International, 1998.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado: parte geral, Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DI PIETRO, Domenico; PLATTE, Martin; REDFERN, Alan et al. **Law and practice of international commercial arbitration**. 4 ed., Londres: Sweet & Maxwell, 2004, p. 199. Londres: Cameron May, 2001.

DIDIER, Fredie Jr.; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Teoria dos Fatos Jurídicos Processuais**. Salvador: Jurispodivm, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 6 ed. v.1. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **A Arbitragem na Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 70.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 7 ed., vol. I. São Paulo: Malheiros, 2013.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil, Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. 13 ed., v.1. Bahia: Podium, 2011.

DITCHEV, Alexander. Le contrat d'arbitrage - – Essai sur le contrat ayant pour objet la mission d'arbitrer, Revue de l'arbitrage, 1981.395, spéc n° 2 e 4. FOUCHARD, Philippe. Les rapports entre l'arbitre et les parties et l'institution arbitrale. In : **Écrits**. Paris: Comité Français d'Arbitrage, 2007.

EISEMANN, Frédéric. La Clause d'Arbitrage Pathologique. In: MINOLI, Eugenio. **Commercial Arbitration Essays in Memoriam Eugenio Minoli**. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1974.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à constituição brasileira de 1988**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. **Manual da Arbitragem**. São Paulo: RT, 1997.

_____. **Arbitragem, jurisdição e execução**. 2 ed. São Paulo: RT, 1999.

FONTMICHEL, Maximin de. **Le faible et l'arbitrage**. Paris: Economica, 2012.

FOUCHARD, Philippe. Quand une arbitrage est-il international?. FOUCHARD, Philippe, **Écrits**. Paris: Comité Français d'Arbitrage, 2007.

_____. La coopération de Président du Tribunal de Grande Instance à l'arbitrage. **Écrits**. Paris: Comité Français d'Arbitrage, 2007.

_____. Quand un arbitrage est-il international?, **Écrits**. Paris: Comité Français d'Arbitrage, 2007.

FOUCHARD, Philippe, Les rapports entre l'arbitre et les parties et l'institution arbitrale. FOUCHARD, Philippe, **Écrits**. Paris: Comité Français d'Arbitrage, 2007.

FERNANDES, Luís A. Carvalho. **Teoria Geral do Direito Civil**, vol. II, 5 ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

FERREIRA, Durval. **Negócio Jurídico Condicional**, Almedina, Coimbra, Portugal, 1998.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias Figueira. **Arbitragem, jurisdição e execução**. 2 ed. São Paulo: RT, 1999.

FITCHNER, José Antonio; MONTEIRO, André Luis. **Temas de Arbitragem**, Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

FIUZA, Celso. **Teoria Geral da Arbitragem**, Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

FRANZONI, Diego. Histórico Legislativo da Arbitragem no Brasil. In: TEIXEIRA, Tarcisio; LIGMANOVSKI, Patricia Ayub C. (Org.). **Arbitragem em evolução: aspectos relevantes após a reforma da Lei Arbitral**, v. 1, Barueri: Manole, 2017.

FREITAS, José Lebre de. **Introdução ao processo civil: conceitos e princípios gerais**, 2 ed., Coimbra: Coimbra Ed., 2009.

FRY, Jason; GREENBERG, Simon; MAZZA, Francesca. **The Secretariat's Guide to ICC Arbitration**. Paris: ICC Publication Department, 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil – Contratos em espécie**, v. 4, t. II, 9 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John. **Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration**. Paris: Kluwer Law International, 1999.

GAILLARD, Emmanuel. La reconnaissance, en droit Suisse, de la seconde moitié du principe d'effet négative de la compétence-compétence. AKSEN, Gerald e BRINER,

Robert Georg. **Global Reflections on International Law, Commerce & Dispute Resolution: Liber Amicorum in Honour of Robert Briner**. ICC Publishing: Paris, 2005.

_____. Impecuniosity of Parties and Its Effects on Arbitration: A French View. LABES, Hubertus W. (org.) **Financial Capacity of the Parties – A condition for the validity of arbitration agreements?** Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004.

_____. “L’effet négatif de la compétence-compétence”, in: HALDY, Jacques; RAPP, Jean-Marc Rapp; FERRARI, Phidias. **Études de Procédure et d’arbitrage en l’honneur de Jean François Poudret**. Lausanne: Faculté de droit de l’Université de Lausanne, 2009.

_____. **Aspects Philosophiques du Droit de L’Arbitrage International**. Leiden/Boston: Académie de Droit International de la Haye, Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

_____. La reconnaissance, en droit suisse, de la seconde moitié du principe d’effet négatif de la compétence-compétence. AKSEN, Geral (ed.) **Global Reflections on International Law, Commerce and Dispute Resolution: Liber Amicorum in Honour of Robert Briner**. Paris: ICC Publishing, 2005.

GALVÃO, Ilmar. Juízo Arbitral. In: Wald, Arnaldo. **Doutrinas Essenciais – Arbitragem e Mediação**, vol. I, São Paulo: RT, 2014.

GIUSTI, Gilberto. O Árbitro e o Juiz: Da Função Jurisdicional do Árbitro e do Juiz. **Revista Brasileira de Arbitragem**. n. 5. São Paulo: IOB, 2005.

GOUVEIA, Mariana França. **Curso de Resolução Alternativa de Litígios**, Coimbra: Almedina, 2011.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. In: MEDIDA, J. M.G; CRUZ, L.P.F.; CERQUEIRA, L. O.S; GOMES JR, L.M (Org.) **Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais**. São Paulo: RT, 2008.

GUANDALINI, Bruno Guandalini. 'Note: American Express Co. et al. v. Italian Colors Restaurant et al., Supreme Court of the United States, 20 June 2013', **Revista Brasileira de Arbitragem**, n. 40, São Paulo: Comitê Brasileiro de Arbitragem & IOB, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel e CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

GUERREIRO, Luiz Fernando. **Convenção de Arbitragem e Processo Arbitral**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.

HANOTIAU, Bernard. **L'Arbitrabilité**. The Hague : Martins Nijhoff Publishers, 2003.

_____. The Parties to the Arbitration Agreement. LÉVY, Laurent; DERAIS, Yves. (Coord.). **Liber Amicorum en l'honneur de Serge Lazareff**. Paris: Pedone, 2011.

_____. Consent to arbitration: Do we share a common vision?, **Arbitration International**, vol. 27, n. 4, Oxford: Oxford University Press, 2011.

HANEFELD, Ink. Germany (Chapter). WEIGAND, Frank-Bernd Weigand. **Practitioner's Handbook on International Commercial Arbitration** Oxford: Oxford University Press, 2009.

HORATIA, Muir Watt. Note sur Cour de Cassation, 1 février 2005. **Revue de l'arbitrage**, vol. 2005, issue 3, LITEC: Paris, França, 2005, p. 693 a 707.

HUBER, Peter. Part II – Commentary on the German Arbitration Law (10th Book of the German Code of Civil Procedure), Chapter IV – Jurisdiction of Arbitral Tribunal, § 1040 – Competence of Arbitral Tribunal to Rule on its Jurisdiction. BÖCKSTIEGEL, Karl-Heinz; KRÖLL, Stefan Michael ; et al. (eds), **Arbitration in Germany: The Model Law in Practice**, La Haye, Kluwer Law International, 2007.

JARROSSON, Charles. **La notion d'arbitrage**. Paris: LGDJ, 1987.

_____. L'instance arbitrale : Le rôle respectif de l'institution, de l'arbitre et des parties dans l'instance arbitrale. **Revue de l'arbitrage**, issue 2, Paris: Comité Français de l'Arbitrage, 1990.

JARROSSON, Charles. L'intensité du contrôle de l'ordre public. In : LOQUIN, Eric ; MANCIAUX, Sébastien. L'Ordre Public et L'Arbitrage, Paris, LexisNexis, 2014.

JOSSERAND, Derecho Civil, **Teoría General de las obligaciones**, trad. Por S. Cunchillos y Manterola, t. II, vol. I.

KAUFMANN-KOHLER, Gabrielle. Qui contrôle l'arbitrage? Autonomie des parties, pouvoirs des arbitres et principe d'efficacité. **Liber Amicorum de Claude Reymond – “Autour de l'arbitrage”**, Paris: LITEC, 2004.

KERN, Christoph A. Procedural Contracts in Germany. In: PASSO CABRAL, Antonio e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.) **Negócios Processuais**, 3 ed., Salvador, Editora Jus Podium, 2017.

KESSEDJIAN, Catherine. **Le financement de contentieux par un tiers/ Third Party Funding**. Paris: LGDJ/Panthéon Assas, 2012, p. 11.

KREINDLER, Richard H.; SCHAEFFER, Jan K. Allemagne: les cinq premières années d'application de la nouvelle législation. **Revue de l'Arbitrage**, issue 2, Paris: Comité Français de l'arbitrage, 2003, p. 502.

KROETZ, Tarcísio Araújo. Arbitragem - conceito e pressupostos de validade. São Paulo: RT, 1997.

KROLL, Stefan Michael. The 'Incapable of Being Performed' Exception in Article II (3) of the New York Convention. GAILLARD, Emmanuel; DI PIETRO, Dominique (eds.) **Enforcement of Arbitration Agreements and International Arbitral Awards 363-364** (2008).

_____. Recourse against Negative Decisions on Jurisdiction. **Arbitration International**, vol. 20:1. The Netherlands: Kluwer Law International, 2004.

KURKELA, Matti S.; TURUNEN, Santtu. **Due Process in International Commercial Arbitration**. 2. ed. Oxford: Oxford Publishers, 2010.

LALIVE, Pierre; POUDRET, Jean-François ; REYMOND, Claude. **Le Droit de l'Arbitrage Interne et International en Suisse**. Lausanne : Payot Lausanne, 1989.

LAMM, Carolyn B.; SHARPE, Jeremy K. Inoperative agreements under the New York Convention. GAILLARD, Emmanuel; DI PIETRO, Domenico (ed.) **Enforcement of arbitration agreements and international awards - The New York Convention in Practice**. Londres, Reino Unido: Cameron May, 2008.

LANDAU, Toby. The requirement of a written form for an arbitration agreement: when 'written' means 'oral', in: VAN DEN BERG, Albert (ed.). **International Commercial Arbitration: Important Contemporary Questions 19**, Hague: International Council for Commercial Arbitration, 2003.d

LEE, João Bosco. A Especificidade da Arbitragem Comercial Internacional. CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Arbitragem - lei brasileira e praxe internacional**. São Paulo: LTr, 1999.

LEE, João Bosco e VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. **Estudos sobre Arbitragem**. Curitiba: Juruá, 2008.

LEMES, Selma M. Lemes. **Arbitragem na Administração Pública: fundamentos jurídicos e eficiência econômica**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

LEITE, António Pinto. A nova lei portuguesa de arbitragem voluntária. **Revista Brasileira de Arbitragem**, n. 33, Curitiba: Síntes, 2012.

LEMES; Selma Ferreira. Convenção de Arbitragem e termo de arbitragem. **Revista do advogado**, n. 86. São Paulo: AASP, 2006.

LESSA NETO, João Luis. **Arbitragem e Poder Judiciário: a definição da competência do árbitro**. Salvador: JUSPODIVM, 2016.

LEVEL, Patrice. L'Arbitrabilité. **Revue de l'arbitrage**, n. 213, Paris : 1992.

LÉVY, Laurent; BONNAN, Régis. "Third-Party funding. Disclosure, joinder and impact on arbitral proceedings", **INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE. Dossier of the ICC Institute of World Business Law: Third-Party funding in International Arbitration**. Paris, França: International Chamber of Commerce, 2013.

LEW, Julian D. M.; MISTELIS, Loukas A.; KROLL, Stefan Michael. **Comparative International Commercial Arbitration** London: Kluwer Law International, 2003.

LIEBMAN, Enrico Tullio. L'azione nella teoria de processo civile, p. 46 *apud* MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**, vol. 1, 5 ed., São Paulo: RT, 2011.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**. 7 ed., v. 3, São Paulo: Saraiva, 2013.

LOQUIN, Eric. La réforme du droit français interne et international de l'arbitrage – commentaire du Décret n. 2011-48 du 13 janvier 2011. **Revista de Arbitragem e Mediação**, ano 9, n. 33, São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Le juge et l'arbitre. BOSTANJ, Sami et al. (dir.) **Le juge et l'arbitrage**, Paris: A. Pedone, 2014.

_____. Le contrôle de la nullité ou de l'inapplicabilité manifeste de la clause compromissoire. **Revue de l'arbitrage**, vol. 2006, issue 2, Paris: Comité Français de l'Arbitrage.

_____. Arbitrage. Institutions d'arbitrage. J-Cl. Proc. Civ., fasc. 1002.

MAGALHÃES, José Carlos. A tardia ratificação da Convenção de Nova Iorque sobre a arbitragem: um retrocesso necessário e inconveniente. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 5, n. 18. São Paulo: RT, 2008.

_____. **1º Seminário internacional sobre direito arbitral**. Belo Horizonte: Câmara de Arbitragem de Minas Gerais, 2003.

_____. Perspectivas da Arbitragem Comercial no Brasil. **Revista de Direito Mercantil Industrial Econômico e Financeiro**, n. 69, jan.-mar., São Paulo: RT, 1988.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. **Arbitragem e Convenção arbitral**, Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

MAGDELAIN A. Aspects arbitraux de la justice civile archaïque à Rome, **RIDA**, n° 27, 1980.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**, vol. 1, 5 ed., São Paulo: RT, 2011.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo, “Arbitramento, arbitragem e dispute boards: o papel do terceiro na determinação do preço em opção de venda de ações”, **Revista Brasileira de Arbitragem**, vol. XIV, n. 54, Comitê Brasileiro de Arbitragem CBAr & IOB; Kluwer Law International: São Paulo, 2017.

MARTINS, Pedro Batista. Da Convenção de Arbitragem e seus efeitos. In: MARTINS, Pedro Batista; LEMES, Selma M. F.; CARMONA, Carlos Alberto. **Aspecto fundamentais da lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 211.

MAYER, Pierre. L'autonomie de l'arbitre international dans l'appréciation de sa propre compétence. **Recueil des Cours de L'académie de Droit International de La Haye**, t. 290, 2001.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Interpretação do Negócio Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2011

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. v.1. São Paulo: RT, 2011.

MEDINA, Paulo Roberto Gouvêa. **Direito Processual Constitucional**, 5 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MELO, Leonardo Campos. **Extensão da cláusula compromissória e grupos de sociedades - A prática arbitral CCI e sua compatibilidade com o direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 14 ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

Marcos Bernardes de Mello, **Teoria do Fato Jurídico – Plano da Validade**, 14 ed., São Paulo, Saraiva, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico - plano da eficácia**, 10 ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MERLIN, P. **Recueil alphabétique des questions de droit**. apud BORN, Gary B. **International Commercial Arbitration**. The Netherlands: Kluwer Law International, 2009.

MONIER, R., **Manuel élémentaire de droit romain**. 6 ed., Paris, 1954.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**, 31 ed., São Paulo: Atlas, 2015.

MOSER, LUIZ GUSTAVO MEIRA. A aceitação da cláusula compromissória pelo silêncio, à luz da conduta negocial das partes: a cláusula geral do art. 111 do Código Civil brasileiro. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 153, São Paulo: Malheiros, 2010.

MOTULSKI, Henri. **Écrits – Études et Notes sur l'arbitrage**. Paris: Dalloz, 1974.

_____. A evolução recente da arbitragem internacional. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 5, n. 19. São Paulo: RT, 2008.

MOURRE, Alexis; VAGENHEIM, Alexandre. Some Comments on Denial of Justice in Public and Private International Law after Loewen and Saipem. FERNANDEZ-BALLESTEROS, Miguel Ángel; ARIAS, David (eds.) **Liber Amicorum Bernardo Cremades**. España: La Ley, 2010.

MUNIZ, Joaquim de Paiva. Curso Básico de Direito Arbitral. 4 ed., Curitiba: Juruá, 2017.

NANNI, Giovanni Ettore. Cláusula compromissória como negócio jurídico: análise de sua existência, validade e eficácia. LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues (coord.) **Temas Relevantes de Direito Civil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. O Direito Civil da Arbitragem e na Arbitragem. In: NANNI, Giovanni Ettore. **Direito Civil e Arbitragem**, São Paulo: Atlas, 2014.

NIGGEMANN, Friedrich. Chronique de jurisprudence étrangère, Allemagne, **Revue de l'Arbitrage**. vol 2006, issue 1. Paris: Comité Français de l'Arbitrage, 2006.

NOGUEIRA, José A. A. Duarte. A arbitragem na história do direito português: subsídios. Revista Jurídica, Lisboa, Nova série n. 20 (Nov.1996); ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim de. **História do direito Português**, 8 ed., Lisboa: Pedro Ferreira, 1992.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Sobre os Acordos de Procedimento no Processo Civil Brasileiro, in PASSO CABRAL, Antonio e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.) **Negócios Processuais**, 3 ed., Salvador: Editora Jus Podium, 2017

NUNES PINTO, José Emílio; DA FONSECA, Rodrigo Garcia. Convenção de Nova Iorque: atualização ou interpretação? **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 5, n. 18. São Paulo: RT, 2008.

NUNES PINTO, José Emílio. A cláusula compromissória à luz do Código Civil. **Revista de Arbitragem e Mediação**, ano 2, n. 4, São Paulo: RT, 2005.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Concepções sobre Acesso à Justiça. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 82, jan. 2010. São Paulo: Dialética.

OPPETIT, Bruno. **Théorie de l'arbitrage**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. **Processo Arbitral e Sistema**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Existiria uma ordem jurídica arbitral? In: In: CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma M. Ferreira; MARTINS, Pedro Batista. **20 Anos da Lei de Arbitragem - Homenagem a Petrônio R. Muniz**, São Paulo: Atlas, 2017.

PAULSSON, Jan. **Denial of Justice in International Law**. New York: Cambridge University Press, 2010.

_____. International Arbitration is no Arbitration. **Stockholm International Arbitration Review**. ano 2008, issue 2. Estocolmo, Suécia: Jurisnet, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 21 ed., v. 3, Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: Introdução ao Direito Civil** - teoria geral de direito civil, v.1, 30 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PINNA, Andrea. La confirmation de la jurisprudence Pirelli par la Cour de cassation et les difficultés pratiques de garantir au plaideur impécunieux l'accès à la justice arbitrale note sous Cass. civ. 1e, 28 mars 2013 et CA Paris, 26 février 2013. **Cahiers de l'arbitrage**. vol. 2013, issue 2. Paris : L.G.D.J., 2013.

PINHEIRO, Luís de Lima. **Arbitragem Transnacional – A determinação do Estatuto da Arbitragem**, Coimbra, Almedina, 2005

PODETTI, J. Ramiro. **Teoria y técnica del proceso civil y trilogia estructural de la ciencia del proceso civil**. Buenos Aires: DIAR, 1963.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**, atualizado por Ovídio Rocha Barros Sandoval, Parte Geral - Tomo II, São Paulo, RT, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**, atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Junior, Parte Especial - Tomo XXVI, São Paulo, RT, 2013.

POUDRET, Jean-François; BESSON, Sébastien. **Droit comparé de l'arbitrage international**. Bruxele: Bruylant, 2002.

RACINE, Jean-Baptiste. La sentence d'incompétence. **Revue de l'Arbitrage** vol. 10, issue 4, Paris: Comité Français de l'Arbitrage, 2010.

RACINE, Jean-Baptiste. **Droit de l'arbitrage**, Paris: PUF, 2016.

REALE, Miguel. Crise da Justiça e Arbitragem. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 2, n. 5. São Paulo: RT, 2005.

RECHSTEINER, Beat Walter, **Arbitragem Privada Internacional no Brasil – teoria e prática**. São Paulo: RT, 2001.

RIBEIRO, Marcelo. **Curso de Processo Civil - Teoria Geral e Processo de Conhecimento** - Vol. 1. São Paulo: Método, 2015.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade Civil**, 5 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROBERT, Jean. **L'arbitrage – droit interne, droit international privé**. 6 ed. Paris: Dalloz, 1994.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil, Parte Geral**, vol. I, 5 ed., São Paulo: Saraiva, 1974.

ROZAS, J. C. Fernandez. Le rôle des juridictions étatiques devant l'arbitrage commercial international. **Recueil Cours La Haye**, t. 290, n. 40.

ROMERO, Eduardo Silva. Los efectos del contrato de arbitraje - introducción. In: ROMERO, Eduardo Silva; ESPINOSA, Fabricio Mantilla. **El Contrato de Arbitraje**. Bogotá: Legis, 2005.

RUBELLIN-DEVICHI, Jacqueline. **L'arbitrage: nature juridique, droit interne et droit international privé**. Paris: Libr. Generale de Droit Et de Jurisprudence, 1965.

SACHS, Klaus. La protection de la partie faible en arbitrage. MOURRE, Alexis (dir.) **Gazette du Palais**, n. 194, ano 127, 2007/2, Journal Spécial des Sociétés: Paris, França, 2007.

SALLES, Carlos Alberto. **Arbitragem em Contratos Administrativos**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SAMMARTANO, Mauro. **International Arbitration – Law and Practice**. 2 ed. The Hague: Kluwer Law International, 2001.

SAMTLEBEN, Jürgen. O histórico da arbitragem no Brasil. In: CASELLA, Paulo Borba (coord.). **Arbitragem – lei brasileira e a praxe internacional**. 2 ed., São Paulo: LTR, 1999.

SAVIGNY, Sistema de derecho romano actual, trad. Castellana de J.Mésia y M. Poley, t. II.

SERAGLINI, Christophe et ORTSCHIEDT, Jérômê. **Droit de l'arbitrage interne et international**. Paris: Montchrestien-Lextenso, 2013.

SCHLOSSER, Peter. La nouvelle legislation allemande sur l'arbitrage. **Revue de l'arbitrage**, n.2, Kluwer: Paris, 1998.

SCOGNAMIGLIO, Renato. **Contributo all teoria del negozio giuridico**, Napoli: Jovene, 1950, p. 66 apud AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Op. cit., 2007

SIOUFI FILHO, Alfred Habib. Denegação de Justiça. **Revista Brasileira de Arbitragem** – Edição Especial.

SILVA, Eduardo Silva da, *Código Civil e Arbitragem: Entre a liberdade e a responsabilidade*. **Revista de Arbitragem e Mediação**, n.5, São Paulo, RT, 2005.

SMILGIN, André. Ação judicial para a instituição de arbitragem com base no art. 7º da Lei 9.307/96. Oposição do réu quanto à arbitrabilidade do objeto do contrato celebrado entre as partes. Extensão da análise da matéria pelo Poder Judiciário. Competência-Competência. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 5, n. 18. São Paulo: RT, 2008.

SPERANDIO, Felipe Vollbrecht. Arbitragem, Direito Securitário e Consentimento no Direito Brasileiro. In: In: CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma M. Ferreira; MARTINS, Pedro Batista. **20 Anos da Lei de Arbitragem - Homenagem a Petrônio R. Muniz**, São Paulo: Atlas, 2017.

SOARES, Guido Fernando Silva. Arbitragem Comercial Internacional e o Projeto da UNICTRAL (Lei Modelo). **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, v. 82, São Paulo, 1987.

SOUSA, Miguel Teixeira de. **Estudos sobre o novo processo civil**. 2 ed., Lisboa: Lex, 1997.

STALEV,Zhivko. The Arbitral Tribunal vis-à vis the Arbitration Agreement. **Revue Hellenique de Droit International**, 1989-1990, n. 3.

STAMPA, Gonzalo. Discovery Arbitral. **Revista Brasileira de Arbitragem**. n. 26. Curitiba: Síntese, 2012.

STOLFI, Giuseppe. **Teoría del negocio jurídico**. Tradução em espanhol de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1959.

STRENGER, Irineu. A Arbitragem como Modelo de Inserção da Lex Mercatoria na Ordem Estatal. **Revista Brasileira de Arbitragem**. n. 3. São Paulo: Síntese, 2004.

STRONG, S.I. **What Constitutes an Agreement in Writing in International Commercial Arbitration? Conflicts between the New York Convention and the Federal Arbitration Act**, University of Missouri School of Law Scholarship Repository, Stan. J. Int'l L. 47, 2012.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil – **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em espécie**, 10 ed., vol. 3, São Paulo: Método, 2015.

TEPEDINO, Gustavo. Invalidez da cláusula compromissória e seu controle (também) pela jurisdição estatal. JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil: Aspectos Jurídicos Relevantes**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TERCIER, Pierre. La légitime de l'arbitrage. **Revue de l'arbitrage**. vol. 2011, issue 3, Paris: LITEC, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Arbitragem e Terceiros - Litisconsórcio Fora do Pacto Arbitral – Outras Intervenções de Terceiros. BATISTA MARTINS, Pedro; GARCEZ, José Maria Rossani (coord.). **Reflexões sobre a Arbitragem in Memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima**. São Paulo, LTr, 2002.

TIBURCIO, Carmen. O princípio da kompetenz-kompetenz revisto pelo Supremo Tribunal Federal de Justiça Alemão. LEMES, Selma Ferreira; CARMONA, Calros Alberto; MARTINS, Pedro Batista. **Arbitragem: estudos em homenagem ao prof. Guido Fernando de Silva Soares**. São Paulo: Atlas, 2007.

TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto. Cláusula Compromissória: interpretação, efeitos e questão intertemporal, in **Arbitragem Doméstica e Internacional - Estudos em Homenagem ao Prof. Theóphilo de Azeredo Santos**, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. Os efeitos da convenção de arbitragem em face da constituição federal. LEE, João Bosco; VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. **Estudos de Arbitragem**. Curitiba: Juruá, 2008.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. **A Arbitragem em juízo**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 2015, sob a orientação da Professora Doutora Maristela Basso.

VAN DEN BERG, Albert Jan. **The New York Convention of 1958: towards a uniform judicial interpretation**. Le Haye: Kluwer Law International, 1981.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Contratos**, Vol. 3, 18 ed., São Paulo, Atlas, 2017, p. 237.

VICENTE, Dário Moura. **Da Arbitragem Comercial Internacional - Direito Aplicável ao Mérito da Causa**, Coimbra: Coimbra Ed., 1990.

VISCONTE, Débora. Sentença Estrangeira Contestada n. 978 – Sentença arbitral estrangeira. Homologação. Cláusula compromissória. Ausência de assinatura. Ofensa à ordem pública. **Revista Brasileira de Arbitragem**, v. 24, Porto Alegre: Síntese, 2009.

VISSCHER, Charles de. Le déni de justice en droit international. **Recueil des cours de La Haye**, t. 52, II.

WACH, Adolf. Handbuch des deutschen Civilprozessrechts, v.1 *apud* MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**, vol. 1, 5 ed., São Paulo: RT, 2011.

WAINCYMER, Jeff. **Procedure and Evidence in International Arbitration**. LA Haye: Kluwer Law International, 2012.

WALLACE JR., Don. Fair and equitable treatment and denial of justice. WEILER, Todd. **International Investment Law and Arbitration: Leading Cases from the ICSID, NAFTA, Bilateral Treaties and Customary International Law**. London: Cameron May, 2005.

WALD, Arnaldo. O regime legal da cláusula compromissória. Competência exclusiva do Poder Judiciário do local da sede da arbitragem para apreciar litígios a respeito da convenção que a instituiu. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano 4, n.12. São Paulo: RT, 2007.

_____. A interpretação da Convenção de Nova Iorque no direito comparado. **Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem**, ano 6, n. 22, São Paulo: RT, 2003.

_____. A convenção de Nova Iorque: o passado, o presente e o futuro. **Revista de Arbitragem e Mediação**, ano 5, n. 18, São Paulo: RT, 2008.

_____. Novos Rumos para a Arbitragem no Brasil. **Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem**. n. 14, São Paulo: RT, 2001.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à justiça e sociedade moderna. Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

WINSCHIED, Lehrbuch des Pandektenrecht, 9. Ed, I, p. 452 apud FERREIRA, Durval, **Negócio Jurídico Condicional**, Almedina, Coimbra, Portugal, 1998.

YARSHELL, Flávio Luiz. Negócios Processuais. In: in PASSO CABRAL, Antonio e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coord.) **Negócios Processuais**, 3 ed., Salvador: Editora Jus Podium, 2017.

ZAPPALA, Francesco. Historic universalism of arbitration. **Revista Universitas**, n. 121, jul./dez. Bogota: Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

ANEXO A - Lei de Arbitragem

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Com alterações advindas da Lei n. 13.129 de 26 de maio de 2015

Dispõe sobre a arbitragem.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

§ 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

Capítulo II

Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos

Art. 3º As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.

Art. 5º Reportando-se as partes, na cláusula compromissória, às regras de algum órgão arbitral institucional ou entidade especializada, a arbitragem será instituída e processada de acordo com tais regras, podendo, igualmente, as partes estabelecer na própria cláusula, ou em outro documento, a forma convencionada para a instituição da arbitragem.

Art. 6º Não havendo acordo prévio sobre a forma de instituir a arbitragem, a parte interessada manifestará à outra parte sua intenção de dar início à arbitragem, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, convocando-a para, em dia, hora e local certos, firmar o compromisso arbitral.

Parágrafo único. Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá a outra parte propor a demanda de que trata o art. 7º desta Lei, perante o órgão do Poder Judiciário a que, originariamente, tocara o julgamento da causa.

Art. 7º Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim.

§ 1º O autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória.

§ 2º Comparecendo as partes à audiência, o juiz tentará, previamente, a conciliação acerca do litígio. Não obtendo sucesso, tentará o juiz conduzir as partes à celebração, de comum acordo, do compromisso arbitral.

§ 3º Não concordando as partes sobre os termos do compromisso, decidirá o juiz, após ouvir o réu, sobre seu conteúdo, na própria audiência ou no prazo de dez dias, respeitadas as disposições da cláusula compromissória e atendendo ao disposto nos arts. 10 e 21, § 2º, desta Lei.

§ 4º Se a cláusula compromissória nada dispuser sobre a nomeação de árbitros, caberá ao juiz, ouvidas as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio.

§ 5º A ausência do autor, sem justo motivo, à audiência designada para a lavratura do compromisso arbitral, importará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

§ 6º Não comparecendo o réu à audiência, caberá ao juiz, ouvido o autor, estatuir a respeito do conteúdo do compromisso, nomeando árbitro único.

§ 7º A sentença que julgar procedente o pedido valerá como compromisso arbitral.

Art. 8º A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.

Parágrafo único. Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Art. 9º O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

§ 1º O compromisso arbitral judicial celebrar-se-á por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal, onde tem curso a demanda.

§ 2º O compromisso arbitral extrajudicial será celebrado por escrito particular, assinado por duas testemunhas, ou por instrumento público.

Art. 10. Constará, obrigatoriamente, do compromisso arbitral:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros;

III - a matéria que será objeto da arbitragem; e

IV - o lugar em que será proferida a sentença arbitral.

Art. 11. Poderá, ainda, o compromisso arbitral conter:

I - local, ou locais, onde se desenvolverá a arbitragem;

II - a autorização para que o árbitro ou os árbitros julguem por equidade, se assim for convencionado pelas partes;

III - o prazo para apresentação da sentença arbitral;

IV - a indicação da lei nacional ou das regras corporativas aplicáveis à arbitragem, quando assim convencionarem as partes;

V - a declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários e das despesas com a arbitragem; e

VI - a fixação dos honorários do árbitro, ou dos árbitros.

Parágrafo único. Fixando as partes os honorários do árbitro, ou dos árbitros, no compromisso arbitral, este constituirá título executivo extrajudicial; não havendo tal estipulação, o árbitro requererá ao órgão do Poder Judiciário que seria competente para julgar, originariamente, a causa que os fixe por sentença.

Art. 12. Extingue-se o compromisso arbitral:

I - escusando-se qualquer dos árbitros, antes de aceitar a nomeação, desde que as partes tenham declarado, expressamente, não aceitar substituto;

II - falecendo ou ficando impossibilitado de dar seu voto algum dos árbitros, desde que as partes declarem, expressamente, não aceitar substituto; e

III - tendo expirado o prazo a que se refere o art. 11, inciso III, desde que a parte interessada tenha notificado o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, concedendo-lhe o prazo de dez dias para a prolação e apresentação da sentença arbitral.

Capítulo III

Dos Árbitros

Art. 13. Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes.

§ 1º As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, podendo nomear, também, os respectivos suplentes.

§ 2º Quando as partes nomearem árbitros em número par, estes estão autorizados, desde logo, a nomear mais um árbitro. Não havendo acordo, requererão as partes ao órgão do Poder Judiciário a que tocara, originariamente, o julgamento da causa a nomeação do árbitro, aplicável, no que couber, o procedimento previsto no art. 7º desta Lei.

§ 3º As partes poderão, de comum acordo, estabelecer o processo de escolha dos árbitros, ou adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

§ 4º Sendo nomeados vários árbitros, estes, por maioria, elegerão o presidente do tribunal arbitral. Não havendo consenso, será designado presidente o mais idoso.

§ 4º As partes, de comum acordo, poderão afastar a aplicação de dispositivo do regulamento do órgão arbitral institucional ou entidade especializada que limite a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal à respectiva lista de árbitros, autorizado o controle da escolha pelos órgãos competentes da instituição, sendo que, nos casos de impasse e arbitragem multiparte, deverá ser observado o que dispuser o regulamento aplicável. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 5º O árbitro ou o presidente do tribunal designará, se julgar conveniente, um secretário, que poderá ser um dos árbitros.

§ 6º No desempenho de sua função, o árbitro deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição.

§ 7º Poderá o árbitro ou o tribunal arbitral determinar às partes o adiantamento de verbas para despesas e diligências que julgar necessárias.

Art. 14. Estão impedidos de funcionar como árbitros as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.

§ 1º As pessoas indicadas para funcionar como árbitro têm o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.

§ 2º O árbitro somente poderá ser recusado por motivo ocorrido após sua nomeação. Poderá, entretanto, ser recusado por motivo anterior à sua nomeação, quando:

a) não for nomeado, diretamente, pela parte; ou

b) o motivo para a recusa do árbitro for conhecido posteriormente à sua nomeação.

Art. 15. A parte interessada em argüir a recusa do árbitro apresentará, nos termos do art. 20, a respectiva exceção, diretamente ao árbitro ou ao presidente do tribunal arbitral, deduzindo suas razões e apresentando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Acolhida a exceção, será afastado o árbitro suspeito ou impedido, que será substituído, na forma do art. 16 desta Lei.

Art. 16. Se o árbitro escusar-se antes da aceitação da nomeação, ou, após a aceitação, vier a falecer, tornar-se impossibilitado para o exercício da função, ou for recusado, assumirá seu lugar o substituto indicado no compromisso, se houver.

§ 1º Não havendo substituto indicado para o árbitro, aplicar-se-ão as regras do órgão arbitral institucional ou entidade especializada, se as partes as tiverem invocado na convenção de arbitragem.

§ 2º Nada dispondo a convenção de arbitragem e não chegando as partes a um acordo sobre a nomeação do árbitro a ser substituído, procederá a parte interessada da forma prevista no art. 7º desta Lei, a menos que as partes tenham declarado, expressamente, na convenção de arbitragem, não aceitar substituto.

Art. 17. Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.

Art. 18. O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.

Capítulo IV

Do Procedimento Arbitral

Art. 19. Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

§ 1º Instituída a arbitragem e entendendo o árbitro ou o tribunal arbitral que há necessidade de explicitar questão disposta na convenção de arbitragem, será elaborado, juntamente com as partes, adendo firmado por todos, que passará a fazer parte integrante da convenção de arbitragem. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 2º A instituição da arbitragem interrompe a prescrição, retroagindo à data do requerimento de sua instauração, ainda que extinta a arbitragem por ausência de jurisdição. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 20. A parte que pretender argüir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, após a instituição da arbitragem.

§ 1º Acolhida a argüição de suspeição ou impedimento, será o árbitro substituído nos termos do art. 16 desta Lei, reconhecida a incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral, bem como a nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, serão as partes remetidas ao órgão do Poder Judiciário competente para julgar a causa.

§ 2º Não sendo acolhida a argüição, terá normal prosseguimento a arbitragem, sem prejuízo de vir a ser examinada a decisão pelo órgão do Poder Judiciário competente, quando da eventual propositura da demanda de que trata o art. 33 desta Lei.

Art. 21. A arbitragem obedecerá ao procedimento estabelecido pelas partes na convenção de arbitragem, que poderá reportar-se às regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada, facultando-se, ainda, às partes delegar ao próprio árbitro, ou ao tribunal arbitral, regular o procedimento.

§ 1º Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao árbitro ou ao tribunal arbitral discipliná-lo.

§ 2º Serão, sempre, respeitados no procedimento arbitral os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento.

§ 3º As partes poderão postular por intermédio de advogado, respeitada, sempre, a faculdade de designar quem as represente ou assista no procedimento arbitral.

§ 4º Competirá ao árbitro ou ao tribunal arbitral, no início do procedimento, tentar a conciliação das partes, aplicando-se, no que couber, o art. 28 desta Lei.

Art. 22. Poderá o árbitro ou o tribunal arbitral tomar o depoimento das partes, ouvir testemunhas e determinar a realização de perícias ou outras provas que julgar necessárias, mediante requerimento das partes ou de ofício.

§ 1º O depoimento das partes e das testemunhas será tomado em local, dia e hora previamente comunicados, por escrito, e reduzido a termo, assinado pelo depoente, ou a seu rogo, e pelos árbitros.

§ 2º Em caso de desatendimento, sem justa causa, da convocação para prestar depoimento pessoal, o árbitro ou o tribunal arbitral levará em consideração o comportamento da parte faltosa, ao proferir sua sentença; se a ausência for de testemunha, nas mesmas circunstâncias, poderá o árbitro ou o presidente do tribunal arbitral requerer à autoridade judiciária que conduza a testemunha renitente, comprovando a existência da convenção de arbitragem.

§ 3º A revelia da parte não impedirá que seja proferida a sentença arbitral.

§ 4º (Revogado pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 5º Se, durante o procedimento arbitral, um árbitro vier a ser substituído fica a critério do substituto repetir as provas já produzidas.

CAPÍTULO IV-A (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

DAS TUTELAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA

Art. 22-A. Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Parágrafo único. Cessa a eficácia da medida cautelar ou de urgência se a parte interessada não requerer a instituição da arbitragem no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de efetivação da respectiva decisão. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 22-B. Instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Parágrafo único. Estando já instituída a arbitragem, a medida cautelar ou de urgência será requerida diretamente aos árbitros. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

CAPÍTULO IV-B (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

DA CARTA ARBITRAL

Art. 22-C. O árbitro ou o tribunal arbitral poderá expedir carta arbitral para que o órgão jurisdicional nacional pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato solicitado pelo árbitro. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Parágrafo único. No cumprimento da carta arbitral será observado o segredo de justiça, desde que comprovada a confidencialidade estipulada na arbitragem. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Capítulo V

Da Sentença Arbitral

Art. 23. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

§ 1º Os árbitros poderão proferir sentenças parciais. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 2º As partes e os árbitros, de comum acordo, poderão prorrogar o prazo para proferir a sentença final. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 24. A decisão do árbitro ou dos árbitros será expressa em documento escrito.

§ 1º Quando forem vários os árbitros, a decisão será tomada por maioria. Se não houver acordo majoritário, prevalecerá o voto do presidente do tribunal arbitral.

§ 2º O árbitro que divergir da maioria poderá, querendo, declarar seu voto em separado.

Art. 25. (Revogado pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 26. São requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;

II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.

Art. 27. A sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das partes acerca das custas e despesas com a arbitragem, bem como sobre verba decorrente de litigância de má-fé, se for o caso, respeitadas as disposições da convenção de arbitragem, se houver.

Art. 28. Se, no decurso da arbitragem, as partes chegarem a acordo quanto ao litígio, o árbitro ou o tribunal arbitral poderá, a pedido das partes, declarar tal fato mediante sentença arbitral, que conterá os requisitos do art. 26 desta Lei.

Art. 29. Proferida a sentença arbitral, dá-se por finda a arbitragem, devendo o árbitro, ou o presidente do tribunal arbitral, enviar cópia da decisão às partes, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, ou, ainda, entregando-a diretamente às partes, mediante recibo.

Art. 30. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, salvo se outro prazo for acordado entre as partes, a parte interessada, mediante comunicação à outra parte, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que: (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

I - corrija qualquer erro material da sentença arbitral;

II - esclareça alguma obscuridade, dúvida ou contradição da sentença arbitral, ou se pronuncie sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão.

Parágrafo único. O árbitro ou o tribunal arbitral decidirá no prazo de 10 (dez) dias ou em prazo acordado com as partes, aditará a sentença arbitral e notificará as partes na forma do art. 29. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015)

Art. 31. A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo.

Art. 32. É nula a sentença arbitral se:

I - for nula a convenção de arbitragem; (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015)

II - emanou de quem não podia ser árbitro;

III - não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei;

IV - for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;

V - (Revogado pela Lei nº 13.129, de 2015)

VI - comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva;

VII - proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei; e

VIII - forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei.

Art. 33. A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a declaração de nulidade da sentença arbitral, nos casos previstos nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015)

§ 1º A demanda para a declaração de nulidade da sentença arbitral, parcial ou final, seguirá as regras do procedimento comum, previstas na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e deverá ser proposta no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação da respectiva sentença, parcial ou final, ou da decisão do pedido de esclarecimentos. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015).

§ 2º A sentença que julgar procedente o pedido declarará a nulidade da sentença arbitral, nos casos do art. 32, e determinará, se for o caso, que o árbitro ou o tribunal profira nova sentença arbitral. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

§ 3º A decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá ser requerida na impugnação ao cumprimento da sentença, nos termos dos arts. 525 e seguintes do Código de Processo Civil, se houver execução judicial. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

§ 4º A parte interessada poderá ingressar em juízo para requerer a prolação de sentença arbitral complementar, se o árbitro não decidir todos os pedidos submetidos à arbitragem. (Incluído pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

Capítulo VI

Do Reconhecimento e Execução de Sentenças

Arbitrais Estrangeiras

Art. 34. A sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional.

Art. 35. Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do Superior Tribunal de Justiça. (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015) (Vigência)

Art. 36. Aplica-se à homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, no que couber, o disposto nos arts. 483 e 484 do Código de Processo Civil.

Art. 37. A homologação de sentença arbitral estrangeira será requerida pela parte interessada, devendo a petição inicial conter as indicações da lei processual, conforme o art. 282 do Código de Processo Civil, e ser instruída, necessariamente, com:

I - o original da sentença arbitral ou uma cópia devidamente certificada, autenticada pelo consulado brasileiro e acompanhada de tradução oficial;

II - o original da convenção de arbitragem ou cópia devidamente certificada, acompanhada de tradução oficial.

Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, quando o réu demonstrar que:

I - as partes na convenção de arbitragem eram incapazes;

II - a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da lei do país onde a sentença arbitral foi proferida;

III - não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;

IV - a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem;

V - a instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;

VI - a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada.

Art. 39. A homologação para o reconhecimento ou a execução da sentença arbitral estrangeira também será denegada se o Superior Tribunal de Justiça constatar que: (Redação dada pela Lei nº 13.129, de 2015)

I - segundo a lei brasileira, o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem;

II - a decisão ofende a ordem pública nacional.

Parágrafo único. Não será considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício do direito de defesa.

Art. 40. A denegação da homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais, não obsta que a parte interessada renove o pedido, uma vez sanados os vícios apresentados.

Capítulo VII

Disposições Finais

Art. 41. Os arts. 267, inciso VII; 301, inciso IX; e 584, inciso III, do Código de Processo Civil passam a ter a seguinte redação:

"Art. 267.....

VII - pela convenção de arbitragem;"

"Art. 301.....

IX - convenção de arbitragem;"

"Art. 584.....

III - a sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação;"

Art. 42. O art. 520 do Código de Processo Civil passa a ter mais um inciso, com a seguinte redação:

"Art. 520.....

VI - julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem."

Art. 43. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Art. 44. Ficam revogados os arts. 1.037 a 1.048 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil Brasileiro; os arts. 101 e 1.072 a 1.102 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil; e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO

HENRIQUE

CARDOSO

Nelson A. Jobim